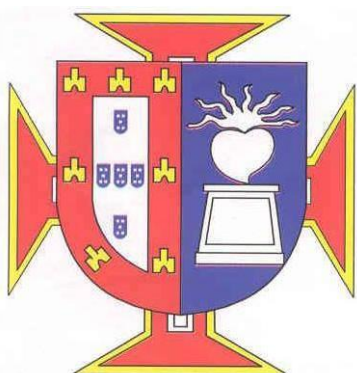


A CASA PIA DE LISBOA: BREVE SÍNTESE HISTÓRICA

Adérito Tavares

1. AS IDEIAS QUE PRESIDRAM À FUNDAÇÃO DA CASA PIA



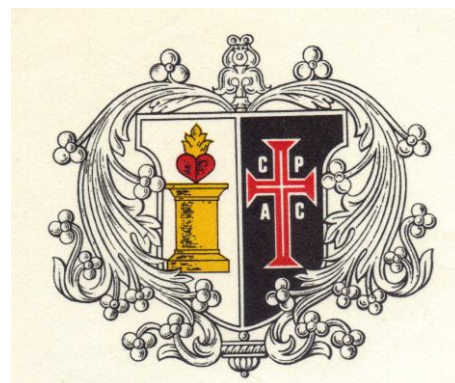
Diogo Inácio de Pina Manique, figura controversa, é uma dessas grandes personalidades da história cujo conhecimento permanece nebuloso e mitificado. É um caso paradigmático de «vítima historiográfica». Homem situado na mudança dos tempos, apanhado nas convulsões da agonia do Antigo Regime, colaram-lhe inapelavelmente a imagem de contra-revolucionário, retrógrado e defensor de um Portugal «relógio atrasado». Se o foi, não foi só isso. Foi também o homem que abriu as portas do seu palácio às artes plásticas, que iluminou Lisboa, que repovoou o Alentejo, que recuperou delinquentes e prostitutas, que introduziu a terapia ocupacional nas prisões, que sugeriu e planeou os primeiros cemitérios públicos de Portugal, que ergueu o Teatro de S.

Carlos, que retirou as crianças desprotegidas da rua, numa atitude obviamente rousseauniana, abrigando-as na Casa Pia. Uma Casa Pia para a qual quis o melhor e o mais moderno ensino do seu tempo, aberto à inovação educativa e às ciências experimentais, cuja direção pedagógica entregou a José Anastácio da Cunha, “o lente penitenciado” pela Inquisição, protegido de Pombal e assumido admirador de Voltaire. Se isto é reacionarismo, não sei o que seja progressismo cultural.

Pina Manique fez os seus estudos preparatórios para o ingresso na Universidade de Coimbra no Colégio dos Oratorianos, que então funcionava no Palácio das Necessidades, em Lisboa. Tratava-se de uma escola pioneira no domínio do ensino experimental, cujas influências na personalidade do jovem Diogo Inácio foram decisivas para a sua formação e, do mesmo modo, para o futuro daquela que viria a ser a sua maior realização: a fundação da Casa Pia de Lisboa. Vale a pena, por isso, determo-nos um pouco sobre este momento do seu percurso académico.

O ensino tradicional, de raiz aristotélica, avesso ao racionalismo e ao experimentalismo, era aquele que predominava nos colégios jesuíticos, sobretudo no Colégio de Santo Antão, em Lisboa, ou no Colégio das Artes, em Coimbra. Paralelamente, desde o reinado de D. João V que a Companhia de Jesus se defrontava com a concorrência da Congregação do Oratório de S. Filipe Néri. Os Oratorianos dispunham da proteção direta do rei magnânimo que, para além de uma renda anual de 12 000 cruzados, lhes ofereceu um moderníssimo Gabinete de Física Experimental e uma biblioteca de 30 mil volumes. Foi-lhes assim possível instalar nas Necessidades um colégio onde se praticava uma pedagogia arejada e inovadora, com destaque para a metodologia cartesiana e o ensino das Matemáticas e da Filosofia Natural (Física, Química, Botânica, Astronomia).

É esta a escola em que se processa a formação pré-universitária de Pina Manique, que frequentou o Colégio dos Oratorianos entre 1752 e 1753. Não foi, certamente, por acaso que, em 1780, quando fundou a Casa Pia, Pina Manique entregou a organização pedagógica da Instituição a outro antigo aluno dos Oratorianos, José Anastácio da Cunha. As instituições, como as pessoas, são filhas do seu tempo. E a Casa Pia foi, até certo ponto, filha da Congregação do Oratório e do espírito de renovação pedagógica oratoriana. Basta olhar para o plano curricular elaborado por Anastácio da Cunha em 1780 para o perceber. E foi, igualmente, filha do espírito rousseauniano que, responsabilizando a sociedade, em primeira instância, pela marginalidade e pelo crime, aconselhava uma política preventiva, mais do que repressiva.



Entre 1753 e 1758, Diogo Inácio de Pina Manique frequentou a Faculdade de Leis e Cânones da Universidade de Coimbra. Tratava-se ainda da Universidade pré-pombalina, cuja profunda reforma (autêntica refundação, no dizer de Hernâni Cidade), só se iniciaria no começo da década de 1770. Foi

nesta universidade tradicionalista que Pina Manique fez a sua formação jurídica. Em 1757 obteve o grau de bacharel e, no ano seguinte, alcançou a sua formatura em Leis. Regressa então a Lisboa para se candidatar ao ingresso naquilo que hoje chamaríamos a carreira da magistratura judicial. Carreira de difícil acesso, que exigia demoradas e complexas provas de admissão. Finalmente, em 1761, Pina Manique é nomeado Juiz do Crime do Bairro do Castelo (talvez por ter ficado a conhecer tão bem este bairro ele tenha decidido, 19 anos depois, instalar aí a Casa Pia). Em 1764, após prestação de novas e difíceis provas, é promovido a Corregedor do Crime do Bairro de Alfama.



Nos anos seguintes, Pina Manique será “descoberto” pelo todo poderoso Pombal, o ministro-quase-rei, que lhe confia várias missões, as quais desempenha com um profissionalismo e um empenho tão devotados que não tardará a ganhar a confiança do Marquês. Aliás, o futuro intendente “aprende” muito com Pombal, de quem se torna um profundo admirador: virá a ser, ainda que sem os poderes de Sebastião José de Carvalho e Melo, um seguidor dos seus processos de “déspota esclarecido”, recorrendo frequentemente a práticas de autoritarismo político e policial que lhe hão-de granjear a fama de que ainda hoje desfruta.

As suas boas relações com o poder talvez ajudem a explicar a rápida ascensão na carreira judicial: Pombal nomeou-o, em 1765, desembargador da Relação da Casa do Porto, tribunal que superintendia às comarcas das Beiras, Trás-os-Montes e Entre-Douro-e-Minho. Com apenas 32 anos, Diogo Inácio de Pina Manique alcançava assim um alto cargo, prestigiado e muito bem remunerado, que o alcandorava a uma espécie de “nobreza de toga”. Pouco depois ocuparia ainda uma série de outros importantes cargos político-administrativos, como superintendente-geral dos Contrabandos e Descaminhos dos Reais Direitos (Alfândega) e membro da Junta de Administração da Companhia de Pernambuco e Paraíba (uma das companhias monopolistas pombalinas para o comércio do Brasil). Finalmente, em 1771, atinge o topo da carreira de magistrado: é nomeado desembargador da Casa da Suplicação, um verdadeiro tribunal superior, cujas funções, em parte, equivaliam às do actual Supremo Tribunal de Justiça.

Como sabemos, em 1777, depois da morte do rei D. José e da subida ao trono da rainha D. Maria I, o marquês de Pombal caiu em desgraça. E, com ele, muitos dos seus colaboradores mais próximos. Outros, porém, passaram incólumes a crista da “viradeira”, como foi o caso de Pina Manique, que se remeteu, entre 1777 e 1780, à discrição de um habilidoso “*low profile*”. Deste discreto “apagamento” sairia por cima, justamente em 1780, quando foi nomeado, por D. Maria I, para o importante cargo de intendente-geral da Polícia.

A Intendência-Geral da Polícia da Corte e Reino tinha sido criada por Pombal em 1760. Não nos deixemos iludir, porém, pelo aparente âmbito limitativo do nome deste organismo. Na verdade, tratava-se de uma instituição da Administração Pública que ultrapassava largamente a mera superintendência da Polícia. Desde logo porque, na época, “polícia” não significava exatamente o mesmo que hoje, encontrando-se o conceito mais próximo da origem etimológica (a mesma que a da palavra política: *polis*, a Cidade-Estado grega). Logo, caberia à “polícia” não só a manutenção da ordem na *Polis*, como também o seu abastecimento, limpeza, saúde pública, transportes, lazer, etc. Do mesmo modo, sendo a Intendência-Geral da Polícia *da Corte e Reino*, as funções de Pina Manique estendiam-se a todo o País, encontrando-se os juizes de todas as comarcas sob a sua alçada. Por outras palavras, sob a tutela do intendente-geral da Polícia encontravam-se organismos e funções que atualmente se encontram integrados na Câmara Municipal de Lisboa ou nos ministérios da Justiça e da Administração Interna. De facto, Pina Manique desempenhava as funções de um verdadeiro ministro, embora sem os poderes de um ministro, uma vez que dependia dos diferentes secretários de Estado. Frequentemente, aliás, viria a chocar-se com a inércia, o imobilismo ou mesmo a deliberada travagem de alguns desses secretários de Estado, relativamente aos seus projetos de matriz verdadeiramente “pombalina”, em áreas às quais pretendeu alargar a sua tentacular atividade (como no domínio económico, por exemplo), sempre “para bem do Estado e benefício dos povos”, como ele costumava dizer.

A confiança que a rainha D. Maria I depositava em Pina Manique é demonstrada pelo alargamento das suas competências, feito através de um documento reservado, chamado *Carta de Largo*, que lhe concedia ampla jurisdição sobre todos os magistrados judiciais. Deve dizer-se, em abono da verdade, que

o conhecimento ou a suspeita da existência de tais poderes, numa corte e num país onde abundava a gente mesquinha, contribuiu poderosamente para que aumentasse o número de inimigos de Pina Manique.

A década de 80 foi de intensa atividade por parte de Pina Manique. Foi um tempo de profícua e entusiástica tomada de decisões, quer relativamente à Casa Pia, quer no que toca à cidade de Lisboa e ao próprio País. Entre as melhores propostas de Pina Manique (umas concretizadas, outras que ficaram pelo caminho) podem destacar-se a reforma prisional (com a ocupação profissional dos reclusos), o plano de reabilitação de prostitutas, a planificação dos primeiros cemitérios públicos, o repovoamento do Alentejo com Açorianos e a construção de um sistema de canais de rega no vale do Sorraia.

A fundação da Casa Pia insere-se no reformismo iluminista característico do século XVIII europeu. Tal como Pombal, também Pina Manique foi sensível às propostas reformistas dos estrangeirados. Educado nos parâmetros da pedagogia oratoriana, Pina Manique acreditava nas virtualidades da instrução como forma de libertação do homem. Tinha uma conceção preventiva da ação da Polícia: esta devia, mais que reprimir, prevenir o crime. Assim, importava retirar as crianças pobres e abandonadas da rua, antes que se tornassem ladrões ou assassinos, criar recolhimentos ou obras de assistência que as albergassem e educassem. E a Real Casa Pia de Lisboa foi uma dessas *obras de assistência*.

2. PERÍODO DO CASTELO DE S. JORGE



A Casa Pia foi inicialmente instalada no Castelo de S. Jorge, semi-arruinado desde o terramoto de 1755. Uma instalação provisória que, pouco a pouco, se transformaria em definitiva. Aí foram recolhidos, além de crianças de ambos os sexos, também mendigos e prostitutas, em sectores diferenciados. Adaptaram-se edifícios e construíram-se outros. Foram introduzidas inovações na orgânica do estabelecimento e nos seus objetivos, alargaram-se os currículos, os quadros de pessoal e o próprio número de recolhidos, à medida que o tempo passava. Pina Manique em breve se entusiasma com o projeto, contrata pessoal docente, administrativo e auxiliar. Manda construir camaratas, refeitórios, salas de aula e oficinas.

O plano de estudos do Colégio de S. Lucas da Casa Pia (para os alunos mais velhos), elaborado por José Anastácio da Cunha, incluía Francês, Inglês, Matemática Pura, Mecânica e Óptica, Astronomia, Geometria, História Natural e Física Experimental, Química e Farmácia. Mais tarde seriam criados cursos práticos profissionais e introduzido o estudo de novas matérias, como Anatomia, Desenho, Comércio, etc. Os alunos que revelavam aptidões especiais, em breve começaram a ser enviados para estudos científicos e artísticos superiores. Assim, foi criado o Colégio das Ciências, em Coimbra, para albergar os estudantes casapianos da Universidade. Em Edimburgo e Copenhaga viriam a especializar-se em Obstetrícia alguns alunos da Casa Pia recém-licenciados em Medicina. Finalmente, em Roma, foi fundado por Pina Manique o Colégio Português das Belas-Artes, para onde foram encaminhados jovens casapianos com capacidade para o estudo superior da Pintura, Arquitetura, Escultura e Gravura. Entre outros, frequentaram este colégio Domingos Sequeira e Vieira Portuense.

Por sua vez, o Regulamento elaborado por José Anastácio da Cunha era extraordinariamente moderno e inovador. A título de exemplo, poderemos referir que desaconselha os castigos corporais, estimula o exercício físico e cria, pela primeira vez entre nós, um “conselho escolar”. O pioneirismo

pedagógico da Casa Pia, para além do ensino experimental, científico e artístico, acima referidos, revela-se também noutros domínios. Por exemplo na aprendizagem das línguas vivas: o Francês e o Inglês aparecem já, como vimos, no Plano de Estudos de José Anastácio da Cunha, ensinados por professores da própria nacionalidade. Um pouco mais tarde, seria também introduzido o ensino do Alemão, sendo a Casa Pia a primeira escola portuguesa a fazê-lo.

A inovação pedagógica da Casa Pia de Lisboa é igualmente visível no ensino técnico-profissional e no ensino musical. Desde o primeiro dia que são ensinados ofícios às crianças da instituição casapiana (fiar, tecer e bordar) e as oficinas da Casa Pia do Castelo chegaram a fornecer de brins e lonas a Armada Real. Esta tradição de preparação dos alunos em termos laborais iria manter-se ao longo de toda a vida da Instituição, até hoje.

Também o ensino da Música será uma constante durante os mais de 200 anos de vida da Casa Pia. O interessante *Borrador das Despesas Quotidianas da Casa Pia*, de 1798 (que podemos consultar no Arquivo da Casa Pia, no Centro Cultural Casapiano) mostra-nos vários encargos com a aquisição de instrumentos e fardamentos para uma banda de alunos, fazendo também referência ao arranjo de um cravo em que os estudantes faziam a sua aprendizagem.

Treze anos depois da fundação, em 1793, a Casa Pia de Lisboa, de humilde recolhimento de crianças órfãs e abandonadas, tinha-se transformado numa grande instituição de solidariedade social, uma escola moderna, com mais de um milhar de alunos. Um número impressionante, sobretudo se pensarmos que se tratava de uma obra nascida da vontade de um homem, que sobreviveu e se alargou sobretudo graças a essa vontade, e que iria soçobrar pouco depois da sua morte.

Numa das mais interessantes cartas de Diogo Inácio de Pina Manique, endereçada a Joaquim Guilherme da Costa Posser, o intendente, poucos meses antes de morrer, faz um balanço dos quase 25 anos de vida da Casa Pia. Orgulhosamente, cita os muitos homens que, se tivessem permanecido na rua, se teriam por certo transformado em marginais e que eram agora lentes universitários, oficiais do Exército ou da Marinha, pintores e escultores, prelados e magistrados. Tinha, obviamente, muito de que se orgulhar. Mas, assistindo já às dificuldades por que passava a “menina dos seus olhos” e pressentindo que pouco mais tempo de vida lhe restava, Pina Manique conclui esta carta com visível amargura.

Em 1807, arrogantemente, o general Junot mandaria encerrar a Casa Pia, expulsando as crianças do Castelo para nele instalar as suas tropas.

3. PERÍODO DO DESTERRO

Expulsas do Castelo, as crianças da Casa Pia foram distribuídas por asilos, paróquias e conventos. Outras ficaram simplesmente na rua. Só em 1811, passada a convulsão das invasões francesas, a Casa Pia ressurgiria, agora no Convento do Desterro, embora sem a pujança e o dinamismo da sua admirável primeira fase.



A chegada das tropas napoleónicas a Lisboa pôs ponto final a um dos mais gloriosos períodos da Instituição Casapiana. Os soldados franceses cometeram todo o tipo de arbitrariedades: por onde passaram deixaram um rasto de destruição e de crueldade. Junot ordenou ao novo intendente-geral da Polícia (Lucas de Seabra da Silva, que substituíra Pina Manique), que “limpasse” as instalações do Castelo de São Jorge para ali alojar parte das suas tropas. Aulas, oficinas, biblioteca, laboratório, botica, observatório, tudo aquilo que, carinhosamente, fora criado durante 27

anos, desapareceu. Pina Manique tinha morrido dois anos antes, sendo-lhe assim poupada a visão do descalabro de uma obra a que dedicara o melhor das suas energias.

Em 1811, após as invasões, a situação em que o País se encontrava exigia, mais do que nunca, que o Estado tomasse para si o encargo de promover obras de assistência social. Eram centenas as crianças que vagueavam pelas ruas, esfarrapadas e esfomeadas. Tendo consciência da premência da situação, a Regência ordenou que a Casa Pia fosse reorganizada e se instalasse no Desterro, no convento dos monges de S. Bernardo, reconstruído após o terramoto de 1755. Aí iriam ser alojadas, para já, 4 a 5

centenas de crianças e jovens de ambos os sexos, partilhando com os poucos frades bernardos instalações precárias e adaptadas.

A fase do Desterro foi um período triste na vida da Instituição Casapiana, muito longe da época áurea do Castelo. César da Silva, o primeiro historiador da Casa Pia, reconhece com mágoa que «a grandeza e esplendor da antiga eram substituídas nesta por uma modéstia que inteiramente se conformava com os tempos de então». O tempo do Desterro foi, efetivamente, um "desterro". Os 22 anos que ali passou foram para a Casa Pia o reflexo da atribulada vida do próprio País.

Lembremos que, entre 1811 e 1820, com a Corte no Rio de Janeiro, Portugal seria uma espécie de colônia britânica, militarmente ocupado, economicamente dependente, politicamente tutelado. A primeira tentativa de libertação (a revolta liberal liderada por Gomes Freire, em 1817) foi ferozmente reprimida. Com a eclosão da Revolução Liberal de 1820 o País libertou-se (temporariamente) da dependência inglesa mas mergulhou num clima de instabilidade que se prolongaria até à Regeneração (1851). A implantação do liberalismo custaria a Portugal um rosário de revoltas e de revoluções que não permitiram solucionar os graves problemas com que a terra portuguesa se debatia pelo menos desde 1807.

E a Casa Pia não era exceção. No Desterro, os rendimentos eram escassos para tantas crianças. Segundo a *Memória* da Comissão da Academia das Ciências que, em 1820, visitou a Casa Pia, existiam na Instituição, naquela data, «594 indivíduos», para além de 11 no Real Palácio da Ajuda «aprendendo ofícios de carpinteiro e canteiro», «60 ocupados no Arsenal Real do Exército, 20 na Cordoaria e 4 no Arsenal da Marinha». Havia ainda mais «120 órfãos aprendendo ofícios com diferentes mestres». No total, 805 crianças e jovens de ambos os sexos dependiam da Casa Pia, em 1820. Os rendimentos, segundo a mesma *Memória*, eram, naquela data, aproximadamente de 43 contos de réis. Muito longe, portanto, do desafogado orçamento da Casa Pia do Castelo. Não admira, por isso, que o currículo académico estivesse igualmente distante daquele que encontramos na primitiva "Universidade plebeia". Limitava-se às primeiras letras (segundo o método de Lencastre, ou aula de ensino mútuo, em que os mais velhos ensinavam os mais novos), Latim, Desenho e aprendizagem de ofícios (geralmente fora da Instituição). Os mais dotados continuavam a ser encaminhados para Aulas Públicas externas, embora em escasso número.

Após a restauração absolutista de 1828, com o clima de violência que se instalou, a Casa Pia viveu em permanente sobressalto. No próprio ano de 1828 foi mesmo necessário recorrer a uma subscrição pública para ocorrer às despesas com a alimentação e o vestuário das crianças. As condições de instabilidade social empurravam para a Instituição cada vez mais gente e, com a guerra civil de 1832-34, o Desterro revelou-se absolutamente insuficiente.

4. DOS JERÓNIMOS AO “ESTADO NOVO”



Em finais de 1833, porém, a Casa Pia seria transferida para instalações que, não sendo ainda as ideais, tinham no entanto condições bem melhores: o Mosteiro dos Jerónimos.

Em 24 de Julho de 1833, um pequeno exército comandado pelo duque da Terceira conquista a cidade de Lisboa, abrindo caminho à vitória liberal na guerra civil. No ano seguinte, através de um decreto assinado por Joaquim António de Aguiar, foram extintas todas as ordens religiosas masculinas e os seus bens confiscados pelo Estado. (Joaquim António de Aguiar ficaria, por isso, conhecido como o «Mata-Frades». Injustamente, já que era um homem pacífico e incapaz de matar quem quer que fosse).

A instalação da Casa Pia nos Jerónimos, porém, nem sequer esperou pela expropriação do Mosteiro (habitado, aliás, por pouco mais que meia dúzia de monges). Um decreto de 28 de Dezembro de 1833, da Secretaria de Estado dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça, ordenava a transferência da Casa Pia para o nobre edifício.

Era nessa altura administrador da Casa Pia António Maria Couceiro. As dificuldades do País, mergulhado em convulsões políticas desde o princípio do século e varrido por uma impiedosa guerra civil, não permitiam disponibilizar para a assistência os rendimentos necessários. Por outro lado, as próprias condições sociais originavam o aumento constante do número de crianças que afluíam à Casa Pia. A alimentação era deficiente, com as doenças consequentes, as instalações húmidas e desadaptadas, o ensino precário.

Em Abril de 1834, o rei D. Pedro IV visitou a Casa Pia. Não tardaria a ser promulgada uma ambiciosa reforma (em 9 de Maio de 1835) que procurava restaurar a Instituição Casapiana, devolvendo-lhe o prestígio que tivera no tempo de Pina Manique.

Todavia, não são as leis que fazem as obras. São os homens. E Couceiro não estava à altura do empreendimento. Em Setembro de 1836, uma nova revolução leva os vintistas ao poder. Os vintistas (depois chamados setembristas) eram a facção mais progressista do liberalismo, a «esquerda liberal», digamos. Liderado por Passos Manuel, o governo setembrista empreende uma série de importantes reformas culturais e pedagógicas, incluindo a criação de liceus, escolas técnicas, institutos universitários, teatros, conservatórios, etc. E a Casa Pia também beneficiou deste dinamismo reformista.

Passos Manuel pediu ao seu amigo José Ferreira Pinto Basto, um esclarecido e dinâmico industrial, que aceitasse o lugar de administrador-geral da Casa Pia. Em boa hora o fez. Pinto Basto foi o novo Pina Manique de que a Casa Pia carecia urgentemente. A ele se deve o ressurgimento da Instituição. Graças ao seu impulso, a Casa Pia ultrapassou o ponto de não-retorno, transformando-se numa verdadeira instituição nacional.

José Ferreira Pinto Basto nasceu em 1774, numa família de negociantes portuenses, originária, como o nome indica, das Terras de Basto. Boa parte da enorme fortuna que amealhou fê-la com o negócio dos tabacos. Foi um industrial empreendedor, possuindo fábricas de sabões em Alcântara e de moagens e soda em Aveiro. Mas foi a fábrica de porcelanas da Vista Alegre, por ele fundada em 1824, em Ílhavo, que fez com que o seu nome ficasse indelevelmente ligado à história da indústria portuguesa. A fábrica da Vista Alegre transformar-se-ia num verdadeiro *ex-libris* da produção ceramista nacional.

Pinto Basto desempenhou vários cargos públicos: foi deputado pelos círculos do Porto e de Aveiro, senador, secretário do Conservatório de Lisboa e administrador-geral da Casa Pia entre Novembro de 1836 e Agosto de 1838 (morreu em 1839).

A sua ação à frente da Casa Pia caracterizou-se por um extraordinário dinamismo, como aliás tudo quanto fez na vida. Milhares de crianças, muitas delas vítimas da guerra civil, acumulavam-se nos Jerónimos. Uma tarefa ciclópica o esperava. Recorrendo ao crédito que a sua respeitabilidade de homem de negócios lhe abria, não hesitou em pedir emprestado para investir na Casa Pia. Não se recusou, igualmente, a gastar do seu próprio bolso quando era necessário. Estabeleceu um regime alimentar abundante e sadio, chegando a criar uma padaria e um matadouro dentro da Instituição. Vestiu dignamente os alunos, restabeleceu a farmácia, construiu novos edifícios, incluindo enfermarias e, por fim, procedeu à indispensável reforma pedagógica. Reorganizaram-se os «estudos gerais», o equivalente ao atual ensino básico e secundário (primeiras letras, Latim, Grego, Filosofia, Retórica, Matemática, etc.). O objetivo de Pinto Basto era, segundo as suas próprias palavras, transformar a Casa Pia num dos melhores estabelecimentos de ensino da Europa. Queria fazer com o barro vivo que eram as crianças da Casa Pia uma cerâmica ainda mais preciosa do que a da Vista Alegre.

Prosseguindo uma tradição que vinha já do tempo da Casa Pia do Castelo, foram também criadas aulas de Música e oficinas, como as de alfaiate, sapateiro, ferreiro, latoeiro, etc., confirmando uma vocação pioneira no domínio do ensino técnico-profissional. Foi inclusivamente criado na Casa Pia, em 1835, o Conservatório de Música, dirigido por João Domingos Bomtempo, que viria depois a ser integrado no Conservatório Nacional.

A própria administração da Casa Pia, nos breves anos de Pinto Basto, beneficiou da sua experiência de industrial e financeiro. Colocou nos principais lugares pessoas de confiança, incluindo alguns antigos alunos, estabeleceu normas seguras de gestão, criou, digamos, uma «escola» administrativa no estabelecimento. Quando abandonou o cargo, José Ferreira Pinto Basto deixava a Casa Pia com pés para andar.

A segunda metade do século XIX ficou assinalada pelas provedorias de José Maria Eugénio de Almeida e Simões Margiochi. É neste período que a Instituição alarga as suas instalações para os terrenos anexos ao Mosteiro dos Jerónimos, cuja cerca, bem maior do que o espaço que atualmente pertence à Casa Pia, incluía toda a encosta do Restelo. A primeira Escola Normal portuguesa, integrada na Casa Pia, começa a funcionar em 1878. Desenvolve-se o ensino artístico e lançam-se as bases de uma prática desportiva que iria dar excelentes frutos no começo do século seguinte.

Em 1874, Filipe Simões, professor da Universidade de Coimbra, depois de visitar a Casa Pia, escreve na «Revista de Educação Física»: «*Encaminhai-vos a Belém. Fareis apenas alguns quilómetros.*»

Entraí na Casa Pia. Reparai nos trezentos rapazes que a povoam. Perguntareis a vós mesmos se estais ao pé de Lisboa ou a centenas de léguas de distância. Vereis crianças da mesma idade e da mesma raça das que se vos deparam nas ruas da cidade. Mas que diferença! Todas fortes, com boas cores, largas de espáduas e de peito, musculosas, transluzindo-lhes no rosto a alegria e a saúde.»

Os alunos educados na Instituição na viragem do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, sob a orientação esclarecida de pedagogos da craveira de um António Aurélio da Costa Ferreira, nomeado Diretor da Casa Pia após o estabelecimento da República, prosseguiram no caminho da formação integral que sempre foi apanágio casapiano.

São estes jovens da *belle époque* que se tornam pioneiros, entre nós, de novos desportos como o futebol e o basquetebol, e lúcidos praticantes de outros desportos mais antigos, como o atletismo, a esgrima e a natação. E fundaram, para si e para os seus companheiros saídos da Casa Pia, um clube onde todos pudessem entregar-se livremente a essa verdadeira paixão pelo desporto - o Casa Pia Atlético Clube (1920). Continuavam, assim, a trilhar os caminhos que lhes tinham sido abertos dentro da própria Instituição.

Os breves e conturbados anos da I República (1910-1926) terminaram com a implantação da Ditadura Militar, que abria o caminho ao “Estado Novo”. Os seis anos de Ditadura Militar pouco ou nada mudaram na Casa Pia de Lisboa. O tenente-coronel Câmara Leme, provedor desde 1929, não deixou na Instituição qualquer contributo digno de registo. Em 1935, porém, o “Estado Novo” de Salazar dá início a uma profunda reforma da Assistência, encarregando o respetivo diretor-geral, Braga Paixão, de a preparar e executar. Esta reforma haveria de mudar radicalmente a Instituição Casapiana.

São concentrados na Casa Pia de Lisboa todos os estabelecimentos de educação e assistência social dependentes da Direcção-Geral de Assistência: cada uma dessas instituições passaria a ser considerada *secção da Casa Pia de Lisboa*. Em 1940, o próprio dr. Braga Paixão assumiu as funções de provedor.

A reforma Braga Paixão (concluída no final de 1942) integrava os seguintes institutos na Casa Pia de Lisboa: Asilo D. Maria Pia, Asilo Nuno Álvares, Instituto de Surdos-Mudos Jacob Rodrigues Pereira, Asilo de Nossa Senhora da Conceição, Asilo de Santa Clara, Asilo 28 de Maio. A “antiga Casa Pia” passava a ser a “Secção de Pina Manique”.

Quando se olha para esta estrutura tem-se alguma dificuldade em nela reconhecer a Casa Pia de Lisboa fundada por Pina Manique.

O autoritarismo do regime salazarista, como não podia deixar de ser, entrou e enraizou-se dentro desta instituição complexa, com uma gestão centralizada, burocrática, distante das crianças e do seu quotidiano, nos antípodas das teorias e da prática de um Aurélio da Costa Ferreira. Os próprios diretores de cada uma das “secções” (até esta designação possui uma conotação centralista) dispunham de pouca autonomia, tendo que submeter à Provedoria praticamente todas as medidas e decisões, quer administrativas quer pedagógicas. Como geralmente sucede nos regimes autoritários, decalcava-se para a Casa Pia aquilo que acontecia com o próprio governo do País, cujo chefe confiava muito pouco nos subordinados, centralizando na sua pessoa até as decisões mais insignificantes. E o sistema educativo não fugia à regra, balizado pela trilogia “Deus, Pátria e Família”.

Nas décadas finais do “Estado Novo” (50 e 60), a Casa Pia de Lisboa reforçou esta tendência autoritária e nacionalista e a Instituição atravessou um período cinzento, sem chama, com as crianças e jovens sofrendo algumas privações.

Do ponto de vista pedagógico, todavia, a qualidade do ensino, particularmente do ensino técnico-profissional, manteve-se, o que permitiu conservar muito do prestígio herdado da “antiga Casa Pia”.

Com a depressão económica dos anos trinta primeiro e com a II Guerra Mundial depois, abriu-se uma fase difícil para a Instituição Casapiana, refletindo, aliás, os problemas por que passava o próprio País. O tempo do “Estado Novo” foi, para a Casa Pia, um tempo de “apagada e vil tristeza”, embora as gerações que a frequentaram tenham sabido encontrar estímulos nas dificuldades que sofreram. Os milhares de jovens saídos da Casa Pia ao longo das décadas de pobreza estão hoje aí (pelas leis naturais da vida cada vez em menor número, é verdade), moldados na dureza mas agradecidos a uma “mãe terna” que por todos repartiu com generosidade o pouco que tinha para dar. E singraram, nas artes, nas empresas, no ensino, na política, etc. E possuem, no mais alto grau, um fortíssimo espírito de solidariedade e de camaradagem, o belo *espírito casapiano*.

5. ACTUALIDADE

Da perspetiva histórica que acabamos de traçar ressaltam, fundamentalmente, os seguintes aspetos:

- A Casa Pia de Lisboa, como qualquer outra instituição humana, foi o que as circunstâncias históricas e os homens que a serviram permitiram que fosse. As suas piores fases correspondem, em geral, às épocas em que o País atravessou tempos conturbados. Os períodos de grandeza, de prestígio e de estabilidade encontram-se indelevelmente associados aos nomes de grandes dirigentes e de notáveis pedagogos que passaram pela Instituição.

- A forte liderança destas personalidades marcou positivamente a história da Instituição Casapiana, influenciou e condicionou favoravelmente o exercício da autoridade a nível intermédio e soube despertar nos jovens alunos qualidades, aptidões e competências que, de um modo geral, constituíram uma valiosa utensilagem para enfrentar a vida ativa. A vivência numa escola como a Casa Pia alimentou uma mística própria e um espírito lutador que ainda hoje persiste em milhares de ex-alunos.

- Tal como defenderam, em diferentes épocas, Anastácio da Cunha, Eugénio de Almeida e Aurélio da Costa Ferreira, a Casa Pia devia destinar-se, prioritariamente, ao abrigo e educação de crianças desfavorecidas, sem família ou com famílias problemáticas; o internato deveria existir apenas enquanto fosse necessário e apenas para o número de educandos que fosse possível albergar e educar com qualidade e dignidade. Costa Ferreira, em particular, valorizou sempre o aluno enquanto indivíduo, promovendo o culto dos valores cívicos, o respeito pelos outros, pela Natureza e pelos mais frágeis (daí a atenção que dedicou ao chamado “ensino especial”).

- As melhores experiências, na Casa Pia, encontram-se sempre relacionadas com o pioneirismo educativo e a inovação pedagógica, nomeadamente no domínio dos ensinamentos técnico-profissional, artístico e musical e da prática desportiva.

A crise com que a Instituição Casapiana se debateu na década de 70, sobretudo após a Revolução de 25 de Abril de 1974, e nos começos da década de 80, radica em três variantes fundamentais: um défice de lideranças superiores e intermédias, o que permitiu a instalação, principalmente nos internatos, de um ambiente de liberdade sem responsabilidade; a perda, por parte dos alunos, dos professores e dos funcionários, da “mística casapiana”, do orgulho de pertencer a uma escola especial (só os ex-alunos mais velhos trazem o ganso na lapela, como os ex-alunos do Colégio Militar trazem a barretina); e o gigantismo de uma instituição tentacular, com vários colégios e milhares de alunos, muitos dos quais deviam frequentar outras escolas (porque não precisam daquela) ou não deviam ali ser admitidos, porque constituem casos tão problemáticos que a Casa Pia já nada pode fazer por eles.

A partir das provedorias de Baptista Comprido, Damasceno de Campos e Luís Rebelo, nos anos 80 e 90, procurou-se pôr ordem na Casa Pia, reorganizá-la e modernizá-la em termos de espaços físicos, apetrechá-la para uma educação adaptada aos novos tempos. Muito se fez mas muitos outros problemas foram germinando e crescendo. Estes, no entanto, acabariam por aparecer depois da explosão da verdadeira “bomba de relógio” que foi o caso da pedofilia.

A passagem de Catalina Pestana pela Provedoria da CPL não conseguiu relançar a Instituição. Todavia, o Conselho Executivo (que, entretanto, substituíra a Provedoria), presidido por Joaquina Madeira primeiro e por Cristina Figueiredo depois, deu início a uma política de desmassificação do internato, foi progressivamente substituindo os lares “intra-muros” por unidades integradas na comunidade, deu prioridade ao recrutamento de educadores bem preparados e bem remunerados, privilegiou a admissão de crianças em risco mas não de delinquentes, foi encaminhando os educandos que, verdadeiramente, não carecem de uma escola como a Casa Pia para outros estabelecimentos, diminuindo assim o número de semi-internos, acentuou a oferta dos ensinamentos técnico-profissional, artístico e musical, com o objetivo último de devolver à Instituição o prestígio de que desfrutara no passado.

A atual “Carta de Missão” estabelece como finalidade fundamental da CPL *“integrar crianças e jovens, designadamente os privados de meio familiar adequado, garantindo-lhes percursos educativos inclusivos, assentes, nomeadamente, numa escolaridade prolongada, num ensino profissional de qualidade...”*

Os antigos colégios (que já anteriormente tinham substituído as “secções”) são agora Centros de Educação e Desenvolvimento. Nestes CED’s (ao todo 10), no âmbito das respostas educativas e formativas, a Casa Pia oferece às crianças e jovens *“creche, educação pré-escolar, ensino básico, ensino*

secundário artístico, educação especial, reabilitação, formação inicial qualificante de dupla certificação, especialização tecnológica, atividades de enriquecimento do currículo, certificação de competências e apoio à inserção profissional.”

Pelo que representa de inédito e pioneiro e pela sua importância na preservação e transmissão da memória casapiana, reservámos uma palavra final para o Centro Cultural Casapiano, transcrevendo palavras do respetivo sítio na Internet: *“O Centro Cultural Casapiano foi inaugurado no dia 3 de Julho de 2000. A remodelação do edifício, antiga capela e camaratas do Colégio de Pina Manique, foi da responsabilidade do arquiteto Rui Cardim. O objetivo primeiro da sua criação foi que se transformasse num espaço cultural, elemento aglutinador de todo o património artístico e cultural existente na Casa Pia de Lisboa, aberto, por um lado, para o interior da Instituição, aos seus alunos e agentes formativos, e por outro, para o exterior, aos casapianos ex-alunos e a toda a população. Integrando como valências essenciais o Museu, a Biblioteca César da Silva e o Arquivo Histórico, possui ainda o Auditório Rainha Santa Isabel com capacidade para 115 pessoas. Completam o Centro espaços de Exposições Temporárias, com uma especial abertura a jovens artistas casapianos e amigos da Casa Pia de Lisboa, e o Espaço Pedagógico onde os alunos da Instituição podem expor os seus trabalhos.”*

Durante 234 anos, muitas gerações de crianças e jovens passaram por esta instituição secular, fosse ela unitária ou alargada. Aqui receberam os instrumentos e a utensilagem mental com que se lançaram no mundo do trabalho. Hoje, a comunidade casapiana é integrada por muitos milhares de alunos e ex-alunos, dirigentes, professores e funcionários que, lembrando um passado de que se orgulham, sabem, todavia, que o mais importante é enfrentar o presente e preparar o futuro.



Foto da Cerca da Casa Pia tirada em 1934 pelo antigo aluno, Capitão de Mar e Guerra Viriato Augusto Tadeu do Navio Hidrográfico “Cinco de Outubro” com o seguinte comentário: **«Foi naquela Cerca que eu brinquei, que me fiz homem».**

Como nota registre-se o facto de na foto estar enquadrado o “Delfim”, um dos primeiros submarinos da armada portuguesa.